



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
JORNAL IMPRESSOS

MPE

Correio de Sergipe - 19/07/2017

## Campanha combate racismo e intolerância religiosa

A Procuradoria-Geral de Justiça lança neste mês uma campanha de combate ao racismo e à intolerância religiosa, focada nos ditames da Constituição, e com o intuito de promover o pleno exercício e a visibilidade das minorias numéricas.

Reconhecendo que a prática de ato de intolerância religiosa constitui violação ao Estado Democrático de Direito, que não se coaduna com a finalidade de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além das campanhas institucionais, a PGJ criou a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (COPIER) para dar suporte no combate aos atos de intolerância e municiar, sempre que possível, os órgãos de execução do Ministério Público para que adotem as providências cabíveis, a fim de preservar os direitos fundamentais das pessoas, independentemente de sua crença



**HÍBRIDOS QUE SOMOS,  
NOS RESTA ACATAR  
ESSA VARIEDADE  
COM ALEGRIA,  
ENTENDENDO QUE AÍ  
RESIDE A NOSSA  
RIQUEZA, A  
SER CELEBRADA**

religiosa.

Num país com tamanha diversidade, a cura da violência religiosa está exata-

mente em acolher a heterogeneidade étnica, cultural, social e religiosa. Somos um povo resultante de uma combinação de culturas e etnias. Híbridos que somos, nos resta acatar essa variedade com alegria, entendendo que aí reside a nossa riqueza, a ser celebrada.

Para o procurador-geral de Justiça José Rony Silva Almeida, a Campanha Ministerial do mês de julho encoraja o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de origem, de raça ou de cor, que para a essência humana nada significam. “A ideia de superioridade entre seres humanos, estribada em diferenças raciais, além de beirar o delírio, é moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa. Não há justificção para o preconceito racial, em lugar algum”, pontuou o PGJ.